



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN MOZAMBIQUE *BULLETIN*

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO

www.cddmoz.org

Quinta - feira, 3 de Agosto de 2023 | Ano 2, n.º 30 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Licenciamento de empresas de segurança privada recebe mais atenção do que o controlo e a supervisão do sector*



É com muito prazer que falo em nome do DCAF – o Centro de Genebra para a Governança do Sector de Segurança, uma fundação internacional com sede na Suíça, e agradeço sinceramente a oportunidade de dizer algumas palavras na abertura desta conferência tão importante. Chamo-me Anna Marie Burdzy e, na qualidade de Gestora de Programas do DCAF, trabalho há 10 anos no apoio à implementação de boas práticas no domínio das empresas, da segurança e dos direitos humanos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a nossa organização - o DCAF, uma fundação com 60 Estados membros, que se dedica a melhorar a segurança dos Estados e das pessoas num quadro de governação democrática, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos. O DCAF ajuda os Estados parceiros e os actores internacionais a melhorar a governação do sector da segurança através de reformas inclusivas e participativas baseadas em normas e boas práticas internacionais.

No domínio da segurança, o papel das empresas de segurança privada pode ser particularmente problemático para a segurança e os direitos humanos. Sabemos que empresas como as da indústria extractiva contratam empresas de segurança privada em grande escala. No entanto, os processos regulamentares dos Estados e os esforços para promover uma conduta empresarial responsável no sector raramente estão alinhados. Enquanto actor imparcial, o DCAF procura preencher esta lacuna através do reforço da legislação e do apoio à supervisão nacional do sector.

Reconhecemos que uma boa regulamentação da segurança privada é essencial para a segurança, o desenvolvimento socioeconómico e o respeito pelos direitos humanos. A nível internacional, o DCAF apoia iniciativas inovadoras, como o “Documento de Montreux”, que apoia a regulamentação das empresas militares e de segurança privada. Estamos a trabalhar na implementação do Código de Conduta Internacional para as empresas de segurança privada. Apoiamos igualmente a aplicação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, quando as empresas privadas contratam segurança privada para as suas operações. Estabelecemos também parcerias com organismos internacionais e regionais, como a União Africana, para promover as normas e boas práticas aplicáveis. Além disso, o DCAF trabalha com uma série de parceiros na-

cionais em toda África - governos, parlamentos, instituições nacionais de direitos humanos, organismos reguladores, os meios de comunicação social e a sociedade civil - para apoiar uma regulamentação eficaz da segurança privada.

Porquê é que estamos aqui hoje? Porquê é que a regulamentação da segurança privada é tão importante? Em primeiro lugar, a dimensão do sector e dos seus clientes é significativa: A indústria global das empresas de segurança privada está a florescer, representando um valor mundial de aproximadamente 100-165 mil milhões de dólares por ano. Em África, os elevados níveis de investimento estrangeiro, nomeadamente nas indústrias extractivas e nas infra-estruturas nacionais críticas privatizadas, levaram as empresas a recorrer à segurança das empresas de segurança privada para colmatar as lacunas de segurança. Em segundo lugar, o crescimento do sector da segurança privada também foi impulsionado por situações de conflitos armados ou outras situações de violência que, em alguns casos, levaram a uma falta de confiança na segurança pública. Em alguns Estados, as instituições nacionais de segurança pública estão sobrecarregadas pela procura. Este facto aumenta ainda mais a clientela das empresas de segurança privada, que inclui agora organizações não-governamentais humanitárias, agentes de manutenção da paz e agências de desenvolvimento. No continente africano, os fornecedores de segurança privada ultrapassam significativamente o número de forças de segurança pública. A escala e o âmbito do sector tornam a supervisão democrática e a responsabilização uma prioridade fundamental.

Há também impactos no desenvolvimento sustentável: A grande maioria das empresas de segurança privada no continente são empresas locais. No entanto, a sua formação e padrões profissionais são deficientes, criando riscos para o desenvolvimento e os direitos humanos. Nos casos em que as empresas transnacionais contratam segurança privada estrangeira, este facto pode perturbar a economia local e ultrapassar os fornecedores de segurança locais.

Mais importante ainda é o impacto na segurança e nos direitos humanos das comunidades: Um grande número de seguranças privados pode criar uma securitização excessiva nas comunidades onde um grande número de seguranças de sexo masculino desestabiliza as relações sociais. Os seus uniformes podem não ser facilmente distinguíveis

dos uniformes da polícia. Isto pode criar confusão entre as pessoas sobre as funções e responsabilidades da segurança privada. Podem envolver-se em violência ou assédio com base no género.

Devemos também lembrar que a prestação de serviços de segurança inclui, por inerência, a eventual necessidade de recorrer à força, sem a qual a segurança não pode ser garantida. No entanto, o recurso à força comporta o risco de abusos e de má conduta. Certas tarefas que estão reservadas aos agentes da autoridade exigem uma formação e conhecimentos adicionais, incluindo a forma de abordar e lidar com uma situação, bem como procedimentos e supervisão adequados em caso de ocorrência de incidentes. Por exemplo, a gestão dos riscos decorrentes de manifestações ou protestos é uma tarefa para a qual a segurança privada não tem geralmente formação adequada. Consequentemente, as empresas de segurança privada podem lidar com essas situações de uma forma que agrave a situação em vez de a desanuviar. Além disso, como a segurança privada não tem objectivos mais amplos de aplicação da lei, o uso da força pelos provedores de serviços de segurança privada deve ser orientado pelo direito pessoal à autodefesa. No entanto, a segurança privada não recebe frequentemente formação sobre o uso legal da força.

As implicações de governação desta mudança fundamental no panorama da segurança recebem pouca atenção regulamentar. Em toda África, responsáveis políticos raramente abordam a questão da segurança privada, os parlamentos nacionais e os organismos reguladores exercem uma supervisão limitada nesta área e os *media* e a sociedade civil só se interessam pela temática de maneira localizada e esporádica. Quando existe regulamentação nacional, a sua aplicação conhece muitos desafios. O licenciamento de empresas de segurança privada recebe mais atenção do que o controlo e a supervisão do sector. Em toda África, as agências reguladoras têm poucos recursos e o sector da segurança privada não é visto

como necessitando de atenção especial, dadas as prioridades para a regulamentação de outros sectores. No entanto, devido ao impacto das empresas de segurança privada nas comunidades, esta situação tem de mudar.

Como sabemos, a Província de Cabo Delgado possui recursos naturais abundantes que têm atraído investimentos estrangeiros importantes e suscitado muitas esperanças de melhorar as condições socioeconómicas da população da região e do país como um todo. No entanto, os benefícios económicos dos projectos de extração de recursos ainda não se materializaram, e a emergência em 2017 de uma violência armada com origem em vários factores, incluindo queixas económicas, tensões sociais e ideologias extremistas, deram lugar a um contexto de segurança e direitos humanos ainda mais complexo. Neste contexto, uma boa regulamentação e monitorização do sector da segurança privada torna-se ainda mais relevante para que a província possa almejar um desenvolvimento socioeconómico inclusivo e no respeito dos direitos humanos.

Esperamos que esta conferência lance luz sobre os desafios da indústria de segurança privada em Cabo Delgado. Esperamos que dê uma visão geral das boas práticas, ferramentas e mecanismos que podem ajudar a prevenir questões de direitos humanos. O objectivo é reduzir os riscos, resolver os problemas antes que eles surjam, e contribuir para o desenvolvimento sustentável e o respeito pelos direitos humanos das comunidades onde quer que estas empresas estejam a operar.

Em nome do DCAF, desejo-vos uma conferência muito produtiva e interessante.

Muito obrigado.


**Título da responsabilidade do CDD. Discurso de Anna Marie Burdzy, Gestora de Programas do DCAF, apresentado na conferência sobre empresas de segurança privada em Cabo Delgado, organizado pelo CDD, em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos*



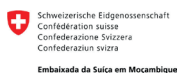
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autora: Anna Marie Burdzy
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



PARCEIRO DE IMPLIMENTAÇÃO

